**CONTEXTOS FORMATIVOS QUE FOCAM VALORES HUMANOS: POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS INOVADORAS DE ENFRENTAMENTO AO BULLYING**

Fabrícia da Silva Machado - UFPI

E-mail: fabricia.formar.pi@hotmail.com

Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina - UFPI

E-mail: ivana.ibiapina@ufpi.edu.br

**1 Considerações iniciais**

 Este artigo é proveniente das discussões realizadas durante o processo de doutoramento sobre o estudo das conexões entre os contextos formativos em valores humanos e as práticas de enfrentamento ao bullying, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGed da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Ressaltamos que essa investigação, também pertence ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD[[1]](#footnote-1), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES com o projeto intitulado “**Tecendo redes de colaboração no ensino e na pesquisa em educação: um estudo sobre a dimensão subjetiva da realidade escolar**” que objetiva investigar a dimensão subjetiva dos processos educacionais, focando, especialmente, as significações constituídas pelos professores, gestores, alunos, responsáveis e funcionários sobre esta realidade e suas relações com o processo de (trans)formação do indivíduo como ser mediado pela história e pela cultura.

 De acordo com Fante (2005) e Cubas (2002) o *bullying* vem crescendo substancialmente nos últimos anos e tem conquistado espaço de discussão em razão da repercussão dos casos graves oriundos de situações de violência, conforme visualizamos nos meios de comunicação, nas pesquisas acadêmicas e nos discursos dos professores, alunos, pais, funcionários da escola, entre outros membros da comunidade.

 Partindo desse levantamento, o governo brasileiro sancionou a Lei 13.185 que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) com a intencionalidade esclarecer o seu conceito e suas características, bem como promover medidas de conscientização, prevenção e combate. Tal problemática tem como características principais: desequilíbrio de poder, intencionalidade e repetição de atitudes depreciativas. Possui três perfis de participantes que contribuem para a perpetuação do quadro: o agressor, a vítima e a plateia.

 Essa modalidade de violência é uma atuação de caráter consciente e intencional que prejudica o indivíduo fisicamente, socialmente, psicologicamente e eticamente. De acordo com Chalita (2003) esse contexto é agravado em virtude do desprezo e hostilização atribuídos pelo agressor, plateia e professores que consideram o bullying como “brincadeira da idade”, colaborando para que a vítima sinta-se esquecida e excluída.

 Ademais, é importante salientar que na pesquisa de mestrado, compreendemos que o professor ora produz práticas punitivas ou repressivas que primam pela resolução rápida e/ou imediata da situação de *bullying*, pois promove uma sensação superficial de paz e controle da sala de aula. E também, ora privilegia práticas estruturais que instiga o professor a transferir a responsabilidade de enfrentar os comportamentos violentos para outros autores sociais porque, primeiramente, considera que caso não seja sanadas as mazelas sociais, tais como: desigualdade social, pobreza, entre outras, não poderá fazer nada, assim, instaura na sua prática, a omissão e o desânimo.

 Nessa perspectiva, o professor privilegia efetivar práticas que atendam aos valores de eficiência, eficácia e produtividade da racionalidade técnica com vistas a proporcionar o desenvolvimento de um aluno preparado para o mercado de trabalho (SAVIANI, 2008), ao passo que desvincula do processo de ensino aprendizagem a formação humanística conforme prevê o artigo 2 da LDB.

 Diante dos posicionamentos apresentados, consideramos que estamos vivenciando um self service normativo de valores humanos (MORIN, 2011), ou seja, estamos escolhendo os valores que melhor se enquadram aos nossos interesses pessoais ou ao sistema capitalismo, deixando de lado as necessidades determinadas sócio-historicamente que envolvem o bem comum. Em outras palavras, o professor “[...] presta-se à perversão daqueles valores, em benefício de interesses corporativistas (CONTRERAS, 2002, p. 73), assim, revela que “os valores estão crise”.

 De acordo com o Tognetta e Vinha (2009, p. 36) não se trata de “crise de valores” que remete a compreensão de que eles estão desaparecendo, “[...] uma espécie de anomia”, mas que de fato vivenciamos “valores em crise”, ou seja, a substituição dos conteúdos dos valores, “[...] por valores estranhos ou até contrários à moralidade”.

Partindo dessa compreensão, Morin (2011) acrescenta que estamos vivendo uma crise dos fundamentos, consequentemente não necessitamos de uma nova ética, mas de retornarmos as nossas origens e compreendermos os fundamentos que determinam a ética, bem como os valores humanos.

Desse modo, fomos instigados a investigar se contextos formativos, constituídos por professores do Ensino Fundamental, ao privilegiar valores humanos possibilitam práticas inovadoras de enfrentamento ao bullying. Assim, recorremos ao método Materialismo Histórico Dialético para orientar o nosso estudo, uma vez que o homem se desenvolve mediante as condições objetivas e subjetivas produzidas determinadas socialmente e historicamente, levando em consideração o movimento, desenvolvimento e renovação. Assim, ele se constitui nas relações sociais e na natureza, por sua vez, faz parte de um processo dialético que ao transformar a natureza também transforma a si mesmo, mediado por instrumentos técnicos e simbólicos, especialmente a linguagem.

Adotamos a Pesquisa-ação para efetivarmos o processo de pesquisa e ação. Assim, os participantes refletiram criticamente os contextos formativos norteados por valores humanos e as praticas de enfrentamento fossilizadas que demarcam os contextos vitimados pela violência no âmbito escolar, bem como efetivaram práticas inovadoras orientados por valores humanos que primam pela boa convivência e não-violência. Desse modo, o estudo não se limitou apreender a aparência, mas a compreender as múltiplas relações que demarcam o objeto de estudo. Para produzirmos os dados da pesquisa elencamos dois procedimentos: encontro coletivo e oficina pedagógica. Nos encontros coletivos, apresentamos a pesquisa, com seus objetivos e justificativas, apreendemos o conhecimento prévio dos participantes sobre ética, moral e valor, negociamos as atribuições do pesquisador e participantes. Já na oficina pedagógica, criamos as condições objetivas e subjetivas para que os professores vivenciassem contextos formativos orientados por valores humanos que possibilitam as práticas inovadoras de enfrentamento ao bullying.

Este artigo tem como finalidade discutir as significações ética, moral e valor, bem como a constituição do valor humano com base na abordagem sócio-histórica. Está constituído por três seções: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na primeira seção apresentamos a contextualização e justificativa da pesquisa de doutorado e o objetivo do artigo,. A segunda contemplamos as significações ética, moral e valor e a constituição do valor a partir da abordagem sócio-histórica. Por ultimo, apresentamos as considerações finais.

A seguir, discutimos sobre as significações ética, moral e valor:

**2 Significações ética, valor e moral**

 Para investigarmos os contextos formativos que prima por valores humanos que possibilitam práticas inovadoras de enfrentamento ao bullying, foi necessário nos debruçamos sobre as significações ética, moral e valor.

 Etimologicamente, a ética vem do grego e significa *ethos* (modo de ser ou caráter). Vázquez (2008) relata que a ética das sociedades tradicionais se limitava a atender aos interesses pessoais, colaborando para que ela se tornasse uma disciplina normativa e pragmática que dita ao homem o que deve fazer ou não, o que é bom ou ruim. Desse modo, a ética era tida como legisladora do comportamento moral do indivíduo ou da comunidade, uma vez que formulava princípios e normas universais, desvinculando desse processo “[...] a experiência moral histórica” (VÁZQUEZ, 2008, p. 20) que por sua vez afasta da teoria a realidade que necessita ser explicada.

Vázquez (2008, p. 21) contrariando o posicionamento prescritivo da ética, o autor defende que o comportamento moral é uma das formas do comportamento humano, portanto, cabe à ética explicá-lo, “[...] tornando a prática moral da humanidade em seu conjunto como objeto de construção”. Com base nessa compreensão, a ética é tida como teoria, investigação ou explicação do comportamento moral, levando em consideração a sua totalidade, diversidade e variedade.

Nessa perspectiva, o autor aduz que o valor da ética como teoria está na explicação e não na prescrição ou recomendação com intuito de efetivar ações em situações concretas. Por conseguinte, não cabe à ética formular juízos de valores sobre a prática moral das sociedades determinadas no processo sócio-histórico, mas, sobretudo explicar os motivos desta pluralidade e das mudanças morais.

Vázquez (2008) afirma que a natureza ou fundamento das normas morais, dos valores e dos princípios valem tanto para a moral da sociedade grega quanto para a moral da sociedade moderna. Assim, destaca que esse aspecto assegura o caráter teórico da ética e evita a sua redução a uma disciplina que possui caráter normativo.

Delário Júnior (2013, p. 46) reitera que falar de ética não se trata de reduzí-la:

“[...] a padrões de conduta formalizados em “códigos de ética profissional” ou exigências de “comitês de ética em pesquisa com seres humanos ou animais”. Eles são necessários, mas nos referimos antes ao campo dos princípios e valores profundos que permitem formular tais códigos e normas de comitês, avaliar sua validade e aprimorá-los”.

 Desse modo, Delário Jr (2013, 46) afirma que os valores e os princípios que fundamentam a ética devem ser refletidos criticamente de forma que aqueles escolhidos façam sentido para a sociedade a fim de que não sejam respeitados e exercidos por fuga à punição. Por sua vez, cabe aos indivíduos de forma livre e consciente refugiasse de uma “ética fraca” por meio de um dialogo crítico e problematizador que coloque em discussão os valores relativos que demarcam o caráter do que seja bom ou ruim, bem como analisar as suas consequências. Assim, a ética será respaldada por um comportamento moral que proporcione o bem comum que focaliza tanto o eu quanto o outro.

Ética e moral se relacionam, uma vez que se trata de uma ciência específica e seu objeto. A moral vem do latim *mos* ou *mores* (costume) e significa “o conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito”, ou seja, “comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem” (VÁZQUEZ, 2008, p.24).

A origem da moral é tida quando o homem supera sua natureza natural, instintiva e já possui sua natureza social, quer dizer, quando o homem estabelece relações com os membros da sociedade e possui um nível de consciência que o faça se comportar de acordo com as normas ou prescrições que o cercam (VÁZQUEZ, 2008).

 O autor enfatiza que “[...] esta relação de homem para homem, ou entre o indivíduo e a comunidade, é inseparável da outra vinculação originária: a que homens – para subsistir e defender-se – mantem com a natureza ambiente, procurando submetê-la” (VÁZQUEZ, 2008, p. 40). Esta vinculação se apresenta no uso e na fabricação de instrumentos, ou seja, no trabalho humano.

O trabalho humano possui caráter coletivo que assegura a subsistência e a afirmação da gens ou da tribo, sendo assim, surgem às primeiras normas, mandamentos ou prescrições não escritas oriundas do trabalho do homem primitivo que estabelece “[...] uma ponte entre si e a natureza e produz uma série de objetos que satisfazem as suas necessidades” (ibidem, 2008, p.24). Nesse contexto, se origina a moral com a intencionalidade de assegurar a correspondência do comportamento de cada um com os interesses coletivos.

É importante explicitar que o ajustamento do comportamento moral entre cada membro e os interesses da coletividade impulsiona a que se considere o que é bom ou proveitoso, tudo aquilo que colabora para reforçar a união ou a atividade comum, e caso contrário, é tido como mau ou perigoso o oposto. Dentro dessa perspectiva, com base no que seja bom ou ruim, surgem os deveres ou obrigações, conforme destaca Vázquez (2008, p. 40). As obrigações comuns demarcam o desenvolvimento das qualidades morais relativas aos interesses da coletividade: solidariedade, ajuda mútua, disciplina, amor entre outros. Portanto, as virtudes e os vícios são determinados pelo caráter coletivo da vida social.

Dentro desse contexto, o homem que vivencia incessantemente a luta contra a natureza e com os homens de outras comunidades compreende que “o [...] valor é uma virtude principal porque o valente presta serviço à comunidade”, enquanto que “[...] a covardia é um vício horrível na sociedade primitiva porque atenta, sobretudo, contra os interesses vitais da comunidade” (VÁZQUEZ, 2008, p. 41)

De acordo com o autor, a sociedade primitiva possuía uma moral coletivista que não conhecia a propriedade privada e a divisão de classes. Ela possuía um caráter único e válido para todos os membros da comunidade, entretanto era considerada limitada pelo próprio âmbito da coletividade que não ampliava os seus princípios e normas para outras comunidades, as quais eram tidas como inimigas.

A regulamentação do comportamento dos membros era regida pelos interesses da coletividade, portanto, provocava um descontentamento em virtude da ausência de qualidades morais pessoais. Em outros termos, “o indivíduo via a si mesmo somente como parte da comunidade ou como sua encarnação ou seu suporte” (VÁZQUEZ, 2008, p. 41).

Diante desse pensamento, o homem primitivo produzia suas práticas a partir do que seria bom e digno de aprovação para a comunidade. Ele só existia em fusão com a comunidade, pois os interesses pessoais não eram concebidos e nem colocados em discussão juntamente com os coletivos.

Nessa perspectiva, os índices de uma vida moral em sentido próprio, a decisão pessoal e a responsabilidade pessoal, não eram acatados pela sociedade primitiva, consequentemente os valores, os princípios e as normas determinadas pela coletividade eram transmitidos e aceitos força do costume e da tradição, distanciando o homem primitivo do verdadeiro sentido da moral.

De acordo com Vázquez (2008, p. 84) a moral no seu sentido próprio:

[...] é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal”.

Com base nessa compreensão, a moral no seu sentido próprio é considerada por Vázquez (2008) como a mais elevada, somente se realiza mediante a produção das condições econômicas-sociais que exigem um novo tipo de relação entre o indivíduo e a comunidade. Essas novas condições que tornaram possível a passagem para novas formas de moral foram: o aparecimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes.

A moral é uma forma de comportamento humano que se encontra em todos os tempos e em cada sociedade. O homem avança na esfera moral à medida que são reguladas moralmente as relações que antes eram regidas por normas externas, por exemplo, à subtração das relações amorosas à coação exterior, normas impostas pelo costume ou pelo direito e a substituição dos estímulos materiais pelos estímulos morais. Já a elevação do caráter consciente e livre do comportamento do homem e da sociedade é regida pela responsabilidade moral, ou seja, “uma sociedade é tanto mais rica moralmente quanto mais possibilidades oferece a seus membros de assumirem a responsabilidade pessoal ou coletiva de seus atos” (VÁZQUEZ, 2008, p.58). Desse modo, o progresso moral é relacionado com o desenvolvimento da livre personalidade, pois, quanto mais possibilidades produzidas para que o homem aceite consciente e livremente as normas que regulam as suas relações com os demais, mais responsável torna-se mediante suas ações.

Nesse contexto, o autor afirma que o progresso moral é permeado pela “negação radical dos velhos valores, na conservação dialética de alguns ou na incorporação de novos valores e virtudes morais” (ibidem, p. 60). Assim, considera errônea a afirmação de que a “[...] a vingança de sangue, que constitui uma forma de justiça dos povos primitivos, cessa de ter valor moral nas sociedades posteriores; o egoísmo característico das relações morais burguesas é abandonado por uma moral coletivista socialista”, uma vez que os valores morais e também os vícios morais produzidos no decorrer dos anos desenvolvem um caráter universal e deixam de pertencer exclusivamente a uma moral particular, “[...] ainda que seu conteúdo mude e se enriqueça à medida que ultrapassam um limite histórico particular” (ibidem, p. 60).

Outra afirmação que o autor discorda é que “[...] antigas virtudes morais que correspondem a interesses da classe dominante em outros tempos perdem a sua força moral, quando muda radicalmente a sociedade” (ibidem, p. 60). Nesse sentido, existem valores morais que somente são reconhecidos quando o homem percorre um longo caminho no seu progresso social e moral.

O autor relata que a moral possui por dois planos: o normativo e o fatual. O primeiro é dotado de normas e regras e de imperativos que implicam algo que deve ser. O fatual ou plano dos fatos morais é constituído por atos humanos que se realizam efetivamente e que são independentes de como pensamos que deveriam ser. Os atos morais estão em consonância com as normas de forma positiva ou negativa, pois a sua relação “[...] com o normativo (no duplo sentido de cumprimento ou não de não cumprimento de uma norma moral) determina a inclusão de certos atos na esfera da moral” (ibidem, p. 64) que, por sua vez revela a exigência de sua realização.

Partindo do exposto, o autor enaltece que a função social da moral consiste na regulamentação das relações sociais mantidas entre os homens e entre o homem e a comunidade com o intuito de manter e garantir uma determinada ordem social. Ademais, destaca que esta função, também é garantida pelo direito de forma direta, imediata e coercitiva e estabelece resultados mais concretos.

Nesse contexto, o homem aceita voluntariamente ou involuntariamente a ordem social juridicamente formulada, todavia, atingir os resultados por meio do direito de forma coercitiva não é considerado suficiente, pois a moral requer uma aceitação íntima e livre do homem e privada da consciência individual, vez que, “a moral tende a fazer com que os indivíduos harmonizem voluntariamente – isto é, de uma maneira consciente e livre – seus interesses pessoais com os interesses coletivos de determinado grupo social ou da sociedade inteira” (VÁZQUEZ, 2008, p. 70).

É importante salientar que a moral apesar de ser produzida numa relação livre e consciente entre os homens ou entre esses e a comunidade, também estabelece uma relação socialmente condicionada, pois o homem é ser social ou um nexo de relações sociais. O homem se comporta moralmente mediante as relações e condições sociais determinadas que não são escolhidas por ele, “e dentro também de um sistema de princípios, valores e normas morais que não inventou, mas que recebe socialmente e segundo o qual regula suas relações com os demais ou com a comunidade inteira” (ibidem, p 70).

Na próxima seção, iremos apresentar a constituição do valor humano no processo sócio histórico:

**3 Constituição do valor humano no processo sócio-histórico**

O homem, originalmente é tido como um ser natural como outros seres vivos, mas em razão das necessidades determinadas no processo sócio-histórico rompe com padrão de intercâmbio imediato e instintivo estabelecido pela natureza para “dar seus primeiros passos na direção da construção de si mesmo como um novo ser” (BARROCO, 2010, p.19). É nesse processo histórico que são criadas as possibilidades do homem se comportar como um ser ético.

 O autor destaca que pensar o homem sem sua base biológica é algo impensável, mas enfatiza que o salto ontológico ocorre no momento de diferenciação diante da natureza orgânica e inorgânica, conforme observa Marx (1993, p. 165):

Decerto, o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como as

abelhas, castores, formigas, etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para si ou para a sua cria; produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da necessidade

física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma; produz-se apenas a si próprio enquanto o homem reproduz a natureza toda; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem enfrenta livremente o seu produto. O animal dá forma apenas segundo a medida e a necessidade da *species* a que pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de cada *species* e sabe aplicar em toda a parte a medida inerente ao objeto; por isso, o homem dá forma também segundo as leis da beleza.

 Diferentemente do animal, o homem não limita sua existência pelo viés da natureza, de forma a atender as necessidades imediatas de sua subsistência. Assim, para corresponder as novas necessidades determinadas no processo sócio-histórico, fabrica e transforma seus instrumentos, mediada pelas relações sociais que o auxiliam no desenvolvimento da consciência que prima pela transformação da realidade.

 Marx e Engels (2002, p. 17) ressaltam que o homem “[...] começa a produzir os seus meios de vida, passo que é conseguido devido à sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida material, os homens produzem, indiretamente, a sua própria vida material”. Essa atividade é conhecida como trabalho.

 De acordo com Marques (2015, p. 31) o trabalho é a ‘[...] atividade social consciente dirigida a um fim específico”. Compreendemos que o homem é ser social que afeta e é afetado pelas relações sociais, vez que a sua existência é marcada pela historicidade, pelo desenvolvimento da sua produção material e das relações sociais. Em outros termos, ele se desenvolve por meio do trabalho, que caracteriza-se substancialmente da passagem da vertente instintiva para material, objetiva, social e transformadora.

 É importante explicitar que o trabalho se realiza primeiramente como projeção ideal de finalidades e meios. E esses últimos, subsidiam duas modalidades de trabalho: abstrato e concreto.

 O trabalho abstrato é orientado pela consciência alienada que atende a práxis reiterativa ou imitativa (VÁZQUEZ, 2011), ou seja, reproduz comportamentos e práticas fossilizadas que não condizem com as necessidades oriundas dos contextos sociais. Enquanto que o trabalho concreto regido pela consciência crítica foca a práxis revolucionária, que “realiza um duplo movimento: supõe a atividade teleológica (a projeção ideal de suas finalidades e meios) por parte do sujeito que o realiza e cria uma realidade nova e objetiva (resultante” (BARROCO, 2010, p. 24).

 Lukács (2013) afirma que o produto do trabalho constitui a objetivação. Nesse processo, o homem se desenvolve e se autoreconhece como sujeito da sua obra, por sua vez a natureza também se modifica por ter sido transformada pela ação dele.

 Barroco (2010, p. 24) reitera que “o produto passa a ter uma existência independente do sujeito que o criou, mas não independente das práxis da humanidade, pois é resultante do acúmulo de conhecimento e da prática social dos homens”. Esse movimento contribui para o desenvolvimento da consciência histórica, ao passo que reconhece a importância do produto do trabalho, conforme afirma Marx (1970, p. 31):

A produção proporciona não somente uma matéria à necessidade, como também uma necessidade à matéria [...]; como qualquer outro produto, um objeto de arte dá lugar a um público sensível à arte e suscetível de apreciar o belo. Nesse sentido, a produção cria não somente um objeto para o sujeito, mas, também, um sujeito para o objeto.

 As situações criadas pelo homem por meio do seu trabalho resultam em objetivações que comprovam a capacidade criadora e transformadora de sua ação. Nesse contexto, Barroco (2010, p. 25) afirma que o homem produz valores por meio das condições objetivas e subjetivas que vivencia, uma vez que:

“[...] o ser humano cria alternativas, abrindo possibilidades de escolhas entre elas. As escolhas entre alternativas, por outro lado, promovem valorações (escolhe-se o melhor, realizando-se comparações entre o que é bom ou ruim, bonito ou feio, correto ou incorreto, ou seja, realizam-se escolhas de valor, não necessariamente valor moral.

 São a partir das situações concretas determinadas historicamente que o homem observa as possibilidades de escolha (alternativas) e, inicia o processo de valoração. Desse modo, as alternativas passam a ser valoradas pelo homem à medida que adquirem o caráter de função do trabalho e atendem as necessidades sociais e históricas. Ademais, Barroco (2015, p. 27) alerta “[...] o fato de toda ação consciente conter uma posição de valor e um momento de decisão pode levar ao entendimento de que a gênese do valor, isto é, pela avaliação subjetiva dos indivíduos. Todavia, isso não é correto”. .

 O valor não é determinado somente pela subjetividade do indivíduo, pois tanto valor e alternativas “são categorias objetivas, pois são objetivações do ser social, produto de sua atividade” (BARROCO, 2010, p. 27). Assim, conceituamos o valor como a criação humana produzida na e pela atividade, constituída por fatores objetivos e subjetivos que acatados livre e conscientemente pelo homem orientam o enfrentamento ao bullying.

 De acordo com Vázquez (2008) destaca que o valor não existe em si, como se fosse uma entidade ideal ou irreal e também, não existe quando se perpetua a transferência do valor do objeto para o indivíduo. Dessa forma, tanto o objetivismo e o subjetivismo axiológico, respectivamente, não condizem com o que de fato é o valor.

 Os valores atendem a perspectiva da objetividade, na qual “[...] estes não se reduzem às vivências do sujeito que avalia, nem existem em si, como um mundo de objetos independentes cujo valor se determina por suas propriedades naturais objetivas” (VÁZQUEZ, 2008, p. 146). Por sua vez, compreendemos que eles existem, sobretudo para um sujeito sócio-histórico que por meio da sua atividade prática produz valores e os bens os quais encarnam, ultrapassando a mera projeção de um projeto ou objeto idealizado.

 O autor, ainda, alerta que “As coisas não criadas pelo homem (os seres da natureza) só adquirem um valor entrando numa relação especial com ele, integrando-se no seu mundo como coisas humanas ou humanizadas” (VÁZQUEZ, 2008, p. 146-147). Desse modo, explicitamos que as propriedades naturais somente se tornam valiosas a partir do momento em que correspondem aos fins ou necessidades do homem ou quando adquirem os atributos de um objeto natural humano. Por conseguinte, a objetividade dos valores humanos não se limita ao ato psíquico de um indivíduo ou às propriedades naturais de um objeto natural, pois transcende o limite de um indivíduo ou de um grupo social determinado.

 Vale dizer que os valores não ultrapassam o âmbito do homem como ser sócio-histórico, portanto “não existem em si e por si independentemente dos objetos reais – cujas propriedades objetivas se apresentam como propriedades valiosas (isto é, humana, sociais), - nem tampouco independente da relação com o sujeito (o homem social). Dentro dessa lógica, autor realça que os valores morais se encarnam somente em ato ou produto humano, ou seja, aqueles que demandam a escolha livre e consciente.

 Partindo do exposto, consideramos que dada às condições objetivas e subjetivas produzidas na e pela pesquisa, que no caso desta pesquisa foram efetivadas nos encontros coletivos e nas oficinas pedagógicas, os professores refletiram criticamente os contextos formativos orientados por valores humanos que demarcam suas práticas que confrontam o bullying. Assim, reconheceram os valores que norteiam suas práticas, as teorias que fundamentam os contextos formativos, bem como direcionaram práticas inovadoras.

**3 Considerações Finais**

A discussão apresentada colaborou para compreendermos as significações, ética, moral e valor, bem como a constituição do valor com base na abordagem sócio histórico. A ética, muitas vezes é tida como algo a ser prescrito, de forma que o homem é uma tabua rasa que incorpora passivamente pela força do costume e da tradição os valores, princípios, regras e normas.

 Contrariando esse posicionamento que se aproxima da moral coletivista da sociedade primitiva que primava por valores que serviam para todos os membros da comunidade, sem levar consideração os anseios individuais que impediam a decisão pessoal de forma livre e consciente. Vázquez (2008) nos alerta sobre uma ética tida como ciência, teoria e explicação que ultrapassa a mera descrição dos fatos históricos, mas a reconhecer a importância da historicidade, movimento e desenvolvimento das relações sociais que demarcam cada época. Assim, compreendemos que a moral (objeto de estudo da ética) se transforma mediante as condições sociais, históricas, econômicas e culturas, sendo constituída por valores, princípios, normas e regras.

 Destacamos que o valor é uma criação humana estabelecida na e pela atividade, fundamentada por fatores objetivos e subjetivos, que acatados de forma livre e consciente orienta no enfrentamento ao bullying. Desse modo, consideramos que o professor necessita desenvolver um trabalho que prima por uma consciência emancipatória, ao passo que promova contextos formativos orientados por valores humanos que se distancie da racionalidade técnica e prática em prol de instaurar na sua prática a reflexão crítica, colaborando para que a escolha dos valores seja algo conquistado juntamente com o coletivo e parta das necessidades sociais e históricas vivenciadas nos contextos escolares vitimados pelo bullying, assim, a escola conquistará de fato a formação integral do aluno, tanto de conhecimento que o prepara para sua inserção no mercado de trabalho, mas também a valorizar a si mesmo e o outro, efetivando ações que foquem a amizade, respeito, amor, perdão, entre outros valores que permeiam as práticas inovadoras de enfrentamento ao bullying.

**4 Referências**

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONTRERAS, J. *Autonomia de professores: os valores da profissionalização e a profissionalidade docente.* São Paulo: Cortez, 2002.

CHALITA, G. **Pedagogia da amizade**: bullying, o sofrimento das vítimas e dos agressores. São Paulo: Gente, 2008.

CUBAS, V. *Bullying*: assédio moral na escola. In: RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V. O. **Violência na escola**: Um guia para pais e professores. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 175-206.

DELARI JR, ACHILLES. Princípios Éticos em Vigotski: Perspectivas para a Psicologia e a Educação. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 1, p. 45 - 63, jan./abr. 2013.: http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2153/delari

FANTE, C. **Fenômeno *Bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Verus, 2005.

BRASIL. Lei 13.185, 6 de novembro de 2015, **Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Disponível em:<< http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>>. Acesso em: 19 de março de 2016.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011. 137p.

MARQUES, E de S.A. A formação de professores como possibilidade de desenvolvimento da práxis educativa. In: Francisco Antônio Machado Araújo; Maria Ozita Albuquerque de Araújo; Maria Vilani Cosme de carvalho. (org.). **Formação e trabalho docente: educação básica e superior em questão**. 01ed.teresina: edufpi, 2015, v. 01, p. 29-42.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORIN, E. O método 6: ética. Porto alegre: Sulina, 2011.

LUKÁCS, Györg. **Para uma ontologia do ser social.** v. II. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

TOGNETTA, L. R. P., & VINHA, T. P. (2009). Valores em crise: O que nos causa indignação? In Y. La Taille & M. S. S. Menin (Orgs.), **Crise de valores ou valores em crise?** (pp.15-45). Porto Alegre, RS: Artmed.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

1. O Procad atende ao disposto no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, o qual prevê ações que visem à diminuição das assimetrias regionais observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). [↑](#footnote-ref-1)